

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

100 - ADVOGADO
TIPO: A

Frase: "A persistência é o caminho do êxito."

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)

 SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **65 (sessenta e cinco)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.

 TEMPO

- **04h (quatro horas)** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

 NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

 INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o CARGO deste caderno de prova coincide com o registrado no rodapé de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o TIPO de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 15.

ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NA FRANÇA ENCONTRA MENSAGEM DE ARQUEÓLOGO DO SÉCULO XIX

Uma equipe francesa de arqueologia, ao escavar um sítio arqueológico romano com cerca de 2000 anos, encontrou uma mensagem num frasco de vidro. Era uma nota deixada por um arqueólogo que escavou a área há 200 anos.

O grupo de voluntários, dirigido pelo arqueólogo Guillaume Blondel, estava escavando o que resta de um sítio arqueológico no topo de um penhasco perto de Dieppe (Seine-Maritime), em Bracquemont.

O sítio arqueológico é interpretado como um recinto fortificado do período gaulês, mas também é conhecido como área onde César teria instalado um breve acampamento romano há mais de 2000 anos. E, desde o início da escavação, foram encontrados vários artefatos que datam do período gaulês — a maioria peças de cerâmica com cerca de dois mil anos.

Blondel, que chefia o serviço arqueológico da cidade de Eu, realizava trabalhos de emergência, por causa da erosão do penhasco, quando Pierre, um voluntário que estuda história em Caen, descobriu um objeto estranho no topo de uma trincheira.

Blondel foi investigar e rapidamente concluiu que não se tratava de nenhuma cerâmica da época romana. Em seguida, verificou que também não se tratava de um dispositivo explosivo da Segunda Guerra Mundial. Tomadas as devidas precauções, Blondel e os voluntários extraíram o pote da terra.

"Este recipiente continha um copo envidraçado. Podia ver-se um objeto de vidro transparente", descreveu Blondel. O investigador concluiu que o pote datava do século XIX.

Eis que o objeto de vidro era afinal "uma garrafa de sais aromáticos como a usada no pescoço das mulheres, que o respiravam para evitar desmaiar dentro do corpete apertado" que era moda na época, explica.

Dentro do frasco de vidro rolhado estava um papel enrolado, preso com um cordel, com uma mensagem. Entre as muitas suposições do que poderia constar no escrito, o arqueólogo brincou: "Que tal uma receita de torta de maçã?".

(...)

https://www.rtp.pt/noticias/mundo/escavacao-arqueologica-em-franca-e-encontra-mensagem-de-arqueologo-do-seculo-xix_n1601499

Questão 01

"Blondel foi investigar e rapidamente concluiu que **não se tratava** de nenhuma cerâmica da época romana."

Assim como no trecho demarcado, atende às regras de colocação pronominal a alternativa

- (A) Me surpreendi com a sua decisão.
- (B) Minha mãe sempre impressiona-se comigo.
- (C) Ela me estava afrontando.
- (D) Muito espanta-nos sua reação.
- (E) Quando trar-nos-ão o café da manhã?

Questão 02

"Eis que o objeto de vidro era afinal 'uma garrafa de sais **aromáticos** como a usada no pescoço das mulheres, que o respiravam para evitar desmaiar dentro do corpete apertado' que era moda na **época**, explica."

Tendo por base a acentuação das palavras ressaltadas, elas são classificadas, respectivamente, como

- (A) paroxítona e proparoxítona.
- (B) proparoxítona e oxítona.
- (C) paroxítonas ambas.
- (D) proparoxítonas ambas.
- (E) proparoxítona e paroxítona.

Questão 03

"Este recipiente continha um copo **envidraçado**."

O processo de formação da palavra **envidraçado** se deu por

- (A) derivação parassintética.
- (B) derivação prefixal.
- (C) composição aglutinada.
- (D) composição justaposta.
- (E) derivação prefixal e sufixal.

Questão 04

Um verbo bitransitivo é um verbo transitivo direto e indireto simultaneamente e que precisa de dois complementos: um objeto direto (OD) e um objeto indireto (OI) para caracterizá-lo. Assim sendo, assinale o período, dentre os itens a seguir, que apresenta corretamente um verbo bitransitivo.

- (A) "Uma equipe francesa de arqueologia, ao **escavar** um sítio arqueológico romano com cerca de 2000 anos [...]" (**verbo bitransitivo**, em que **um sítio arqueológico romano** é objeto direto e **com cerca de 2000 anos** objeto indireto).
- (B) "[...] **encontrou** uma mensagem num frasco de vidro." (**verbo bitransitivo**, em que **uma mensagem** é objeto direto e **num frasco de vidro** objeto indireto).
- (C) "[...] que o **respiravam** para evitar desmaiar dentro do corpete apertado" (**verbo bitransitivo**, em que **o** é objeto direto e **do corpete apertado** objeto indireto).
- (D) "[...] **descobriu** um objeto estranho no topo de uma trincheira." (**verbo bitransitivo**, em que **um objeto estranho** é objeto direto e **no topo de uma trincheira** objeto indireto).
- (E) "Tomadas as devidas precauções, Blondel e os voluntários **extraíram** o pote da terra." (**verbo bitransitivo**, em que **o pote** é objeto direto e **da terra** objeto indireto).

Questão 05

"O investigador concluiu **que o pote datava do século XIX.**"

A oração subordinada destacada é tipificada como

- (A) adjetiva restritiva.
- (B) adverbial causal.
- (C) substantiva objetiva direta.
- (D) adverbial consecutiva.
- (E) substantiva subjetiva.

Questão 06

"[...] mas também é conhecido como área **onde César teria instalado um breve acampamento romano** [...]"

A oração subordinada destacada tem função sintática de

- (A) objeto direto.
- (B) aposto explicativo.
- (C) adjunto adnominal.
- (D) adjunto adverbial.
- (E) agente da passiva.

Questão 07

"Podia ver-se um **objeto de vidro transparente**".

A mesma relação, entre os termos destacados, faz-se corretamente também no item

- (A) "Podia ver-se um **objeto esplênico**".
- (B) "Podia ver-se um **objeto acrídio**".
- (C) "Podia ver-se um **objeto êneo**".
- (D) "Podia ver-se um **objeto hialino**".
- (E) "Podia ver-se um **objeto ígneo**".

Questão 08

"Blondel, **que chefia o serviço arqueológico da cidade de Eu**, realizava trabalhos de emergência, por causa da erosão do penhasco, quando Pierre, um voluntário **que estuda história em Caen**, descobriu um objeto estranho no topo de uma trincheira."

As orações realçadas são respectivamente

- (A) adjetiva restritiva e substantiva objetiva direta.
- (B) adjetiva explicativa e substantiva objetiva direta.
- (C) adjetiva explicativa e adjetiva restritiva.
- (D) adjetiva explicativa e adverbial temporal.
- (E) adjetiva restritiva e adverbial temporal.

Questão 09

"O sítio arqueológico é interpretado como um recinto fortificado do período gaulês, mas também é conhecido como área onde César teria instalado um breve acampamento romano há mais de 2000 anos. E, desde o início da escavação, foram encontrados vários artefatos que datam do período gaulês — a maioria peças de cerâmica com cerca de dois mil anos."

Em se tratando dos sinais de pontuação no excerto anterior, é correto afirmar que

- (A) a vírgula após "**desde o início da escavação**" é opcional.
- (B) a vírgula usada após o **E** em "**E**, desde o início da escavação," está inadequada.
- (C) o travessão usado no trecho analisado antecede uma estrutura restritiva.
- (D) as vírgulas que intercalam o trecho "**desde o início da escavação**" são obrigatórias.
- (E) a vírgula anterior à conjunção adversativa "**mas**" é facultativa.

Questão 10

"[...] estava escavando o¹ **que**² resta de um sítio arqueológico no topo de um penhasco perto de Dieppe."

As classes gramaticais enumeradas apresentam, no contexto discursivo, funções de

- (A) 1 artigo definido e 2 pronome relativo.
- (B) 1 artigo definido e 2 conjunção integrante.
- (C) 1 pronome demonstrativo e 2 pronome relativo.
- (D) 1 pronome oblíquo e 2 conjunção integrante.
- (E) 1 pronome demonstrativo e 2 conjunção integrante.

Questão 11

"Uma equipe francesa de **arqueologia**, ao escavar um sítio **arqueológico** romano com cerca de 2000 anos, encontrou uma mensagem num frasco de vidro. Era uma nota deixada por um **arqueólogo** que escavou a área há 200 anos."

Acerca das palavras em destaque, é correto afirmar que

- (A) são homônimas perfeitas.
- (B) são cognatas.
- (C) são homógrafas heterofônicas.
- (D) são parônimas.
- (E) são homófonas heterográficas.

Questão 12

"Uma equipe francesa de arqueologia, ao escavar um sítio arqueológico romano com cerca de 2000 anos, encontrou uma mensagem num frasco de vidro. Era uma nota deixada por um arqueólogo que escavou a área há 200 anos."

Pela estrutura lógica em evidência, o parágrafo se trata de um(a)

- (A) tese, porque enfatiza o posicionamento crítico do autor a partir de uma base argumentativa.
- (B) conflito gerador, pois traz um fato que motiva a narrativa, algo importante o suficiente para impulsionar a história.
- (C) lead, pois traz informações essenciais que transmitem ao leitor um resumo completo do fato.
- (D) proposição, porque apresenta elementos fundamentais que serão desenvolvidos no corpo do texto informativo.
- (E) exórdio, pois se caracteriza por um discurso inicial em que é apresentada uma ideia geral do assunto que será tratado.

Questão 13

"[...] também é conhecido como área onde César **teria** instalado um breve acampamento romano [...]"

O verbo realçado indica

- (A) uma ação anterior ao momento da fala e que, no tempo passado a que pertence, não foi finalizada.
- (B) ações ou fenômenos que ainda não aconteceram no momento da fala.
- (C) algo que poderia ter acontecido posteriormente a uma situação no passado.
- (D) um fato futuro dado como concluído em relação a outro fato futuro.
- (E) uma ação passada que ocorreu antes de outra, também no passado.

Questão 14

"**Eis** que o objeto de vidro era afinal 'uma garrafa de sais aromáticos [...]"

A palavra ressaltada anteriormente desempenha a mesma função do termo destacado em

- (A) "[...] que **era** moda na época, explica."
- (B) "O sítio arqueológico é interpretado **como** um recinto fortificado [...]"
- (C) "[...] verificou que **também** não se tratava de um dispositivo explosivo [...]"
- (D) "[...] no topo de um penhasco **perto** de Dieppe"
- (E) "[...] Tomadas as **devidas** precauções, Blondel e os voluntários extraíram o pote [...]"

Questão 15

"Era uma nota deixada por um arqueólogo que escavou a área **há** 200 anos."

Sobre o verbo em destaque, é correto afirmar que

- (A) infringe as regras de flexão ao não concordar com o numeral **200**.
- (B) está flexionado na 3ª pessoa do singular concordando com o sujeito **área**.
- (C) desrespeita as regras de flexão e de estruturação sintática ao omitir o advérbio **atrás**.
- (D) encontra-se flexionado na 3ª pessoa do singular por ser impessoal.
- (E) é pessoal e está flexionado no singular concordando com o referente **arqueólogo**.

Legislação do SUS

Questão 16

A Resolução CNS nº 553, de 9 de agosto de 2017, atualiza a Carta dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde. Sobre os direitos assegurados por esta resolução, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito à privacidade no atendimento é garantido apenas nos casos de internação prolongada ou em unidades especializadas de saúde.
- (B) O tempo de espera para procedimentos de média e alta complexidade deve ser limitado pela capacidade produtiva de cada unidade de saúde, visando garantir maior quantidade de atendimentos.
- (C) É assegurado a toda pessoa o direito de receber atendimento em ambiente confortável e acessível, realizado por profissionais qualificados, em tempo hábil e de forma contínua.
- (D) O direito ao acompanhante durante a internação é garantido apenas em situações de risco iminente à vida, conforme análise do profissional de saúde responsável.
- (E) O direito à escolha do profissional de saúde para seu atendimento é garantido a todos os pacientes, independentemente da complexidade do procedimento.

Questão 17

A Constituição Federal de 1988, em seu Título VIII, Capítulo II, dispõe sobre a Seguridade Social e regula os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando os artigos de 198 a 200 e a legislação vigente, marque a opção correta.

- (A) O artigo 198 da Constituição prevê que o atendimento integral à saúde deve ser realizado de forma descentralizada, com participação dos entes federativos e que a participação da comunidade na gestão do SUS é fundamental para a formulação e execução das políticas de saúde.
- (B) O artigo 198 da Constituição estabelece que as ações e serviços públicos de saúde são de livre iniciativa privada, cabendo ao Estado apenas a regulação das atividades econômicas ligadas ao setor.
- (C) O artigo 200 da Constituição prevê que cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS) ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde, fiscalizar as atividades econômicas relacionadas ao setor e, principalmente, participar da produção de medicamentos e equipamentos para a saúde.
- (D) De acordo com o artigo 198, a seguridade social compreende a saúde, a previdência e a assistência social, sendo a saúde um direito de todos e dever exclusivo do Estado, que deve financiá-la integralmente através de seus próprios recursos.
- (E) O artigo 199 determina que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo permitido que o capital estrangeiro participe de forma majoritária em empresas de assistência à saúde no Brasil, sem necessidade de regulamentação adicional.

Questão 18

Tendo em vista a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080/1990, que regulamenta o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, assinale a opção correta sobre as diretrizes, objetivos e competências do SUS.

- (A) A Lei nº 8.080/1990 estabelece que o SUS é obrigado a promover a saúde pública de forma prioritária por meio de instituições privadas contratadas, sendo vedada a execução de serviços públicos diretamente pelo Estado.
- (B) O SUS é responsável por coordenar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo facultado ao setor privado prestar serviços de assistência terapêutica e farmacêutica exclusivamente à população carente e em situações de emergência.
- (C) A integralidade da assistência à saúde no SUS, conforme a Lei nº 8.080/1990, refere-se à prestação de ações curativas e reabilitadoras, sendo estas priorizadas em detrimento de ações preventivas, que têm caráter complementar.
- (D) O SUS, em conformidade com a Lei nº 8.080/1990, deve garantir a assistência à saúde mediante ações descentralizadas, hierarquizadas e regionalizadas, baseando-se na participação popular e na integração das ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde.
- (E) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, o financiamento do SUS é de responsabilidade exclusiva dos Estados, cabendo aos municípios apenas a execução das ações de saúde.

Questão 19

Com base no Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa correta.

- (A) O "Mapa da Saúde" é uma ferramenta utilizada pelos gestores de saúde, que descreve as redes de assistência disponíveis e aponta as necessidades de investimento no setor privado, permitindo a contratação direta de serviços privados em regiões onde a oferta pública é considerada insuficiente.
- (B) O Decreto introduz o conceito de "Porta de Entrada" do SUS, sendo obrigatório que os pacientes iniciem o atendimento na Atenção Primária, exceto em casos de urgência e emergência, que podem acessar diretamente os serviços de atenção especializada, como hospitais de grande porte.
- (C) O Decreto estabelece que a "Comissão Intergestores Tripartite" tem competência exclusiva para definir os parâmetros de atendimento e estabelecer normas operacionais para a Rede de Atenção à Saúde (RAS).
- (D) O Decreto determina que a "Regulação do Acesso à Assistência" é um processo automatizado, mediado por tecnologia de informação, que visa regular o fluxo de pacientes, sendo a centralização desse processo na União obrigatória para evitar desigualdades regionais no acesso aos serviços de saúde.
- (E) O "Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde" (COAP) estabelecido pelo Decreto busca integrar as ações de saúde nos diferentes níveis de governo, promovendo o planejamento regional integrado, o financiamento compartilhado e a definição de responsabilidades entre os entes federados.

Questão 20

A Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, estabeleceu a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Considerando os dispositivos dessa portaria e a conformidade das práticas na Atenção Básica com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), marque a alternativa correta.

- (A) A Portaria nº 2.436/2017 estabelece que o acesso universal e igualitário à saúde deve ser garantido principalmente por meio de unidades básicas de saúde (UBS) abertas em tempo integral, sete dias por semana, visando reduzir a demanda pelos serviços de urgência e emergência dos hospitais regionais.
- (B) O financiamento da Atenção Básica pela PNAB é garantido exclusivamente por repasses federais vinculados ao número de habitantes por território, sem considerar indicadores de vulnerabilidade ou resultados alcançados pelas equipes de saúde, promovendo uma distribuição linear de recursos.
- (C) A expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF) prevê a possibilidade de ampliação da cobertura por equipes de Atenção Básica tradicional, equipes multiprofissionais de saúde e equipes de Consultório na Rua, adaptando-se à realidade local e ao perfil epidemiológico das populações atendidas.
- (D) A equipe de Saúde da Família, composta por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, deve realizar visitas domiciliares obrigatórias semanais para todos os usuários, visando à promoção de saúde e à equidade no acesso.
- (E) As equipes de Atenção Básica têm a responsabilidade de realizar atividades de educação permanente obrigatória mensalmente, com a finalidade de atualizar os profissionais, sendo essas atividades supervisionadas e avaliadas pelo Ministério da Saúde.

Questão 21

A Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023, estabelece diretrizes para a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Em relação aos eixos estruturantes da PNAES e suas implicações para a rede de atenção à saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) A Atenção Especializada substitui a Atenção Primária na coordenação do cuidado, assumindo a total responsabilidade pela integralidade dos serviços prestados em todos os níveis de complexidade no SUS.
- (B) A PNAES define que os serviços de Atenção Especializada podem ser desarticulados das Redes de Atenção à Saúde (RAS), visando otimizar os recursos e promover autonomia aos hospitais de referência.
- (C) A Portaria GM/MS nº 1.604 estabelece que a Atenção Especializada deve funcionar de maneira independente da Atenção Primária, sem integração obrigatória entre os níveis de atenção.
- (D) A PNAES reforça a Atenção Especializada como apoio fundamental à Atenção Primária, oferecendo serviços que complementam as necessidades de saúde que não podem ser resolvidas exclusivamente no nível primário.
- (E) Entre os eixos da PNAES, está a descentralização da gestão de serviços especializados, o que permite que os municípios assumam, de forma isolada, a responsabilidade plena pelos recursos e organização desses serviços.

Questão 22

A organização do sistema de saúde no Brasil passou por diversas transformações ao longo de sua história, refletindo tanto as influências políticas e sociais quanto as necessidades de saúde da população. Com base nos eventos históricos e nos princípios que orientam a organização atual do sistema de saúde brasileiro, marque a opção correta.

- (A) A criação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) em 1977 trouxe consigo a universalização dos serviços de saúde, desvinculando o acesso à saúde da contribuição previdenciária.
- (B) A criação dos Distritos Sanitários nos anos 1980, como um desdobramento da proposta da Reforma Sanitária, consolidou o modelo privatizado de saúde, focado na fragmentação dos serviços e no acesso limitado a camadas específicas da população.
- (C) A Reforma Sanitária, movimento iniciado na década de 1970, foi um processo que influenciou diretamente a criação do SUS, e defendia a saúde como um direito de todos e dever do Estado, culminando na criação da Lei Orgânica da Saúde em 1990.
- (D) A Conferência Nacional de Saúde de 1986, que antecedeu a promulgação da Constituição de 1988, foi marcada pela defesa do modelo de assistência curativa hospitalar, deixando de lado a discussão sobre a atenção primária à saúde e a promoção da saúde.
- (E) A Constituição de 1988, em seu artigo 196, estabelece que a saúde é um direito do cidadão e dever do Estado, sendo organizada de maneira descentralizada e com participação popular, princípios esses que se concretizaram na criação do SUS.

Questão 23

Com base nos princípios e diretrizes estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, analise as alternativas e marque a opção correta sobre os direitos e deveres atribuídos ao Estado e aos cidadãos, considerando as políticas públicas de saúde, o papel do SUS (Sistema Único de Saúde) e a participação dos entes federativos na promoção da saúde coletiva.

- (A) O Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser organizado de forma centralizada, cabendo à União a responsabilidade exclusiva de planejar e executar as ações e serviços de saúde.
- (B) As ações de saúde promovidas pelo SUS são restritas à assistência médico-hospitalar, sendo o controle de endemias e a vigilância sanitária competências de outras esferas governamentais ou instituições privadas.
- (C) O financiamento da seguridade social, que inclui a saúde, é de responsabilidade apenas da União, não se estendendo aos empregadores, trabalhadores e demais contribuintes.
- (D) A saúde é um direito de todos e dever do Estado, sendo garantido pelo SUS com a participação exclusiva da União, sem a necessidade de envolvimento dos estados e municípios.
- (E) A descentralização, com direção única em cada esfera de governo, é um dos princípios organizativos do SUS, que envolve a participação direta da sociedade e dos entes federativos na promoção da saúde.

Questão 24

Considerando a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) marque a opção que descreve corretamente os elementos necessários para assegurar um ambiente acolhedor, eficiente e integrado às redes de atenção à saúde.

- (A) O funcionamento das unidades de atenção básica deve prever a existência de equipes multidisciplinares fixas, capazes de oferecer atendimento humanizado e resolutivo, com horário de funcionamento preferencialmente integral.
- (B) A Política Nacional de Atenção Básica orienta que as unidades de saúde, independente do porte e localização, devem ser planejadas para atender toda a demanda espontânea da população, com enfoque exclusivo no atendimento emergencial.
- (C) A ambiência das unidades de atenção básica deve ser exclusivamente voltada à preservação do ambiente físico, com foco na estética das áreas internas e externas, de modo que proporcione apenas conforto e bem-estar aos usuários e aos profissionais da saúde.
- (D) As unidades de atenção básica devem priorizar a implantação de áreas físicas de grande porte, com salas de procedimentos invasivos, laboratório próprio para análises clínicas e ambiente estéril para pequenos procedimentos cirúrgicos.
- (E) A infraestrutura das unidades de atenção básica deve contar com equipamentos de alta tecnologia para diagnóstico por imagem, como tomografia computadorizada e ressonância magnética, a fim de garantir maior eficiência no diagnóstico precoce.

Questão 25

Com base na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e considerando as leis orgânicas da saúde e os princípios fundamentais que norteiam o SUS, marque o item correto sobre o processo de estruturação desse sistema no Brasil.

- (A) O princípio da integralidade, conforme estabelecido pela Lei nº 8.080/1990, preconiza que as ações de saúde devem ser prestadas de forma articulada e contínua, considerando todos os níveis de atenção, porém admite restrições no acesso a determinados serviços especializados.
- (B) A Lei nº 8.142/1990, que complementa a Lei Orgânica da Saúde, é responsável por definir a participação da comunidade na gestão do SUS, além de garantir a transferência regular e automática dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais.
- (C) A participação social é um dos pilares fundamentais do SUS, garantido pela Lei nº 8.142/1990, que estabelece os Conselhos e Conferências de Saúde como instâncias deliberativas e de controle social. Esses órgãos possuem caráter consultivo e participativo.
- (D) A descentralização e a municipalização das ações e serviços de saúde são princípios previstos no arcabouço legal do SUS, porém, apenas os estados possuem autonomia para definir as prioridades de saúde em seus territórios, de acordo com suas necessidades e planejamento local.
- (E) A Lei nº 8.080/1990 é a principal norma que regulamenta o SUS, estabelecendo princípios como a universalidade, a integralidade e a descentralização, mas permite que o setor privado atue de forma independente e sem regulação pelo Estado.

Questão 26

Vaticina o Decreto Estadual nº 44.504 de 05/12/2023 (Institui o Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba) que estimular a observância e o aperfeiçoamento de regras de comportamento ético entre os servidores e empregados públicos civis estaduais, na sua relação com a sociedade e com o próprio grupo; bem como garantir a necessária integridade, lisura, legitimidade e transparência à Administração Pública; dentre outros, são comandos que integram, corretamente:

- (A) Os fundamentos do Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba.
- (B) A finalidade do Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba.
- (C) Os objetivos do Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba.
- (D) Os valores do Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba.
- (E) Os princípios do Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba.

Questão 27

A Fundação Paraibana de Gestão em Saúde – PB Saúde, fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e com quadro de pessoal próprio, rege-se pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Estruturalmente, o Conselho Fiscal, órgão responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da PB Saúde, é constituído por 5 (cinco) membros e seus respectivos suplentes, a serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo estadual, a partir da composição representativa enumerada legalmente. Sobre o Conselho Fiscal, está correto apenas o colacionado em:

- (A) O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar a contratação de auditoria interna para esclarecimentos, informações ou apuração de fatos específicos.
- (B) A perda do cargo elide a responsabilidade civil e penal a que estejam sujeitos os membros do Conselho Fiscal em virtude do descumprimento de suas obrigações.
- (C) O prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas por igual período.
- (D) Os órgãos de administração da PB Saúde são obrigados, por meio de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros do Conselho Fiscal, no prazo de dez dias, cópias das atas de suas reuniões.
- (E) Na hipótese de recondução, o prazo para a nova gestão deverá ser contado a partir da data da assembleia de recondução.

Questão 28

Reza o Decreto Estadual nº 40.096, de 28 de fevereiro de 2020, que a PB Saúde será administrada por uma Direção Superior, composta por 3 (três) membros, a saber: I - Diretor Superintendente; II - Diretor Administrativo Financeiro; III - Diretor de Atenção à Saúde. Os membros da Direção Superior serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo estadual, a quem caberá destituí-los a qualquer tempo. A investidura dos membros da Direção Superior dar-se-á mediante assinatura de termo de posse perante o Conselho de Administração. Compete à Direção Superior da PB Saúde elaborar proposta de planos operativos, regulamentos operacionais internos, peças orçamentárias, planos diretores de investimentos, minutas de contratos, políticas e quadro de pessoal, para submetê-los à prévia apreciação, para aprovação pelo Conselho de Administração, que por sua vez autorizará a Direção Superior da PB Saúde a assumir como suas atribuições as corretamente ilustradas apenas em:

- (A) Definir a estrutura organizacional da PB Saúde e o seu regimento interno, bem como a executar a criação de filiais, unidades gestoras, escritórios, representações ou subsidiárias; Elaborar e gerenciar o contrato de gestão celebrado entre PB Saúde e a SES-PB; dentre outros.
- (B) Elaborar e executar os planos operativos anuais e quadrienal, o orçamento anual, e o plano diretor de investimentos da PB Saúde; Examinar as demonstrações financeiras do exercício social, as contas, balanços e quaisquer outros documentos e, ao final, apresentar parecer contábil, no mínimo anual, acerca da prestação de contas da administração da PB Saúde; dentre outros.
- (C) Construir o plano operativo anual para o exercício seguinte, contendo as estratégias traçadas para alcançar os objetivos, metas e resultados institucionais a serem alcançados, devendo ser apresentado, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior; Recomendar ao Superintendente a retificação, a suspensão ou mesmo a interrupção de atos administrativos que sejam demonstrados potencialmente lesivos à sustentabilidade financeira da PB Saúde; dentre outros.
- (D) Elaborar e gerenciar o quadro de empregos e a estrutura remuneratória de pessoal; Opinar sobre o relatório anual de administração, fazendo constar em seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Secretário de Estado da Saúde e Presidente da PB Saúde; dentre outros.
- (E) Definir as estratégias para gestão da prestação dos serviços contratados, em consonância com as metas de desempenho e atividades fixadas constantes nos Contratos de Gestão e nos Planos Operativos; Autorizar a celebração de contrato de gestão entre a PB Saúde e a SES-PB, nos termos da legislação vigente; dentre outros.

Questão 29

Conforme previsão contida no Estatuto da PB Saúde - Decreto Estadual nº 40.096 de 28 de fevereiro de 2020, aplica-se ao pessoal da PB Saúde o regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Sobre as normas que complementam tal disposição, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) A dispensa dos funcionários da PB Saúde poderá ocorrer por motivo técnico assistencial, financeiro, econômico, ou por justa causa, observando o disposto no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
- (B) A PB Saúde não se obriga a observar a reserva percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e os critérios de sua admissão, nos termos do disposto no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal.
- (C) A PB Saúde organizará o seu quadro de pessoal de acordo com plano de empregos e salários aprovado pelo Conselho Fiscal, no qual estarão especificadas as atribuições, a estruturação, a classificação e o respectivo salário dos funcionários.
- (D) O quadro funcional e a estrutura remuneratória serão propostos pelo Conselho de Administração e aprovados pela Direção Superior.
- (E) A PB Saúde patrocinará contribuições previdenciárias no âmbito do regime próprio de previdência social (RPPS) de origem, para os servidores públicos do Poder Executivo do Estado da Paraíba e dos demais entes federativos, que tenham sido cedidos sem ônus para a PB Saúde, nos termos da legislação vigente.

Questão 30

A ética no serviço público é um conjunto de valores e princípios que devem nortear a conduta dos servidores públicos, de modo a garantir que as suas ações estejam alinhadas com os interesses da sociedade. Assim, tomando por base o prescrito e regulado pelo Código de ética e conduta dos servidores e empregados públicos civis do poder executivo do estado Paraíba - Decreto Estadual nº 44.504 de 05 de dezembro de 2023, sabemos que considera-se conflito de interesse a situação gerada pelo confronto de pretensões públicas e privadas que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar o desempenho da função pública, dentre outros comportamentos, pelo que podemos tomar como exemplos os corretamente apresentados apenas em:

- (A) Receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; Conceder recompensa, vantagem ou benefício, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais e datas comemorativas, direcionados com caráter de pessoalidade a determinados servidores públicos; dentre outros.
- (B) Exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe; Impedir a interlocução entre usuário de serviços públicos e os órgãos e entidades da administração pública; dentre outros.
- (C) Divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas; Praticar qualquer tipo de assédio, tais como moral, sexual ou econômico ou criar situações que configurem pressão, intimidação ou hostilidade no relacionamento, independentemente de nível ou posição hierárquica; dentre outros.
- (D) Exercer, direta ou indiretamente, atividade concomitante ao exercício de cargo público, que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, as atividades que possam ser beneficiadas pelo acesso a informações ou dados da qual o servidor possui acesso; Praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão; dentre outros.
- (E) Prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada pelo ente ao qual o agente público está vinculado; Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; dentre outros.

Conhecimentos Específicos

Questão 31

Constitucionalmente, nos traz o cerne dos Direitos Políticos que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei. Sobre o tema, assinale abaixo a afirmação correta.

- (A) O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: i) se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade; ii) se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- (B) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (C) São condições de elegibilidade, na forma da lei, apenas o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária e a idade mínima estabelecida conforme o cargo pretendido.
- (D) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de alistamento militar obrigatório, por exemplo.
- (E) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os silvícolas e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Questão 32

Vacância de cargo público é o termo usado para descrever quando um cargo público está desocupado, ou seja, sem titular. Pode ocorrer por vários motivos, como: Exoneração, Demissão, Falecimento, Promoção, Readaptação, Aposentadoria, Posse em outro cargo inacumulável. O pedido de vacância é um procedimento administrativo que deve ser feito de acordo com a legislação e as normas internas do órgão ou entidade. A vacância pode significar o rompimento do vínculo jurídico entre o servidor e a Administração, ou pode criar um novo vínculo. Como se sabe, a Constituição Federal proíbe o acúmulo de dois cargos públicos, a não ser que haja compatibilidade de horários e se enquadre nas seguintes situações: dois cargos de professor, um cargo de professor e outro técnico-científico ou dois cargos privativos de profissionais da saúde. Diante do que estudamos sobre o instituto da vacância (gênero), a espécie que consiste na investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica é corretamente chamada apenas de:

- (A) Reversão.
- (B) Readaptação.
- (C) Recondição.
- (D) Reprovimento.
- (E) Reaproveitamento.

Questão 33

A modificação de competência no processo civil, também conhecida como prorrogação de competência, é quando a autoridade judiciária é autorizada a julgar processos que normalmente não seriam da sua competência. As regras de competência do Código de Processo Civil encontram-se normatizadas do artigo 42 ao artigo 66 do CPC, dividindo-se em regras gerais, regras de fixação da competência, regras de modificação de competência e regras de incompetência. Sobre o assunto, podemos assinalar como correta apenas a afirmativa que se apresenta em:

- (A) somente a incompetência absoluta será alegada como questão preliminar de contestação.
- (B) a incompetência relativa pode ser alegada exclusivamente pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- (C) a incompetência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
- (D) salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
- (E) caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente, após aval do juízo atacado, que pode recorrer da decisão.

Questão 34

É cediço que a despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos. Em outras palavras, as despesas públicas, fixadas na LOA, representam os gastos autorizados para o governo nas diversas atividades e programas que compõe o orçamento público. Nesse conjunto estão as despesas com pessoal, educação, saúde, transporte, segurança, etc. Nessa seara, nos termos da Lei Federal nº 4320/64 (Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal), temos que a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade. Dito isso, corretamente, acompanharão a LOA:

- (A) quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração; dentre outros.
- (B) sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo; dentre outros.
- (C) quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº 1 da própria lei; dentre outros.
- (D) quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços; dentre outros.
- (E) quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação; dentre outros.

Questão 35

"Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL".

Tal inscrição, que inaugura o nosso longo texto constitucional, é corretamente chamada de

- (A) Ato das disposições constitucionais.
- (B) Carta de intenção.
- (C) Preâmbulo.
- (D) Objetivo Fundamental.
- (E) Princípio fundamental.

Questão 36

Consigna o Decreto-Lei Federal nº 5452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) que os períodos de descanso são obrigatórios. A CLT prevê que o empregado, ou seja, aquele que mantém relação de emprego com empregador nos termos do art. 2º e 3º da CLT, deve, para prevenir a fadiga e estabelecer suas forças e saúde, ter alguns momentos de descanso. Assim, entre duas jornadas de trabalho, ou entre um dia e outro, deve o empregado ter um descanso de ao menos 11 horas, para conviver com a família, amigos, sociedade ou apenas relaxar e descansar. Outro tipo de descanso, caracterizado pela sua periodicidade, está corretamente definido como descanso semanal remunerado, que deve coincidir, no todo ou em parte, com o domingo. Sobre a flexibilização do trabalho nesse dia da semana, está correto apenas o que afirma em:

- (A) nos serviços que exijam trabalho aos domingos, sem exceção, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.
- (B) é vedado o trabalho em feriados nacionais e feriados religiosos, nos termos da legislação própria.
- (C) em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas aos domingos, apenas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.
- (D) será assegurado a todo empregado um descanso periódico de 16 (dezesesseis) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.
- (E) o trabalho aos domingos, seja total ou parcial, na forma do art. 67 da própria CLT, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.

Questão 37

Os direitos fundamentais das crianças foram especialmente protegidos pela Constituição Federal de 1988. O artigo 227 do texto constitucional estabeleceu como "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". Para melhor efetivar tais direitos, foi promulgada a Lei n. 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerada um marco na proteção da infância, reforçando a ideia de prioridade absoluta da Constituição. A exemplo disto, o artigo 7º do ECA assegura à criança e ao adolescente o direito a um desenvolvimento sadio e harmonioso, bem como o direito de serem criados e educados no seio de sua família. No entanto, quando esses direitos são desrespeitados ou interrompidos por alguma razão, pode haver a suspensão, perda ou extinção do poder familiar. E o próprio ECA prevê as regras processuais quando proposta uma ação de suspensão ou perda do poder familiar, aplicando-se, subsidiariamente, as normas cíveis. Em relação às hipóteses que podem conduzir um caso concreto à suspensão, perda ou extinção do poder familiar – denominado antigamente de "pátrio poder", podemos afirmar, corretamente, que perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe:

- (A) que castigar moderadamente os filhos.
- (B) que praticar contra si o suicídio tentado ou a autolesão tentada.
- (C) que deixar o filho em abandono.
- (D) que praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar homicídio, feminicídio ou lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, em qualquer hipótese.
- (E) que for diagnosticado com transtornos psiquiátricos.

Questão 38

No Código de Processo Civil (CPC), os impedimentos e as suspeições são mecanismos que visam garantir a imparcialidade do juiz e de outros sujeitos do processo, que também devem primar pela sua imparcialidade. Assim, podemos assinalar corretamente como causas de suspeição apenas as colacionadas em:

- (A) que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio; em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório; dentre outros.
- (B) quando for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados; que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio; dentre outros.
- (C) for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados; quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes; dentre outros.
- (D) quando for interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes; quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive; dentre outros.
- (E) quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive; quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive; dentre outros.

Questão 39

O Poder Hierárquico tem como objetivo propiciar, à luz dos princípios constitucionais e diretrizes legais, a organização, orientação, fiscalização e correção das atividades exercidas pelos órgãos vinculados. Conforme ensina HELY LOPES MEIRELLES (Direito Administrativo Brasileiro, RT, 15ª edição, p. 100/101): "O Poder Hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública (...) Dele decorrem faculdades implícitas para o superior, tais como a de dar ordens e fiscalizar o seu cumprimento, a de delegar e avocar atribuições, e a de rever os atos dos inferiores (...) Fiscalizar é vigiar permanentemente os atos praticados pelos subordinados, com o intuito de mantê-los dentro dos padrões legais e regulamentares instituídos para cada atividade administrativa." Sendo assim, quanto às características inerentes ao Poder Hierárquico, aquela que trata da transferência de determinada atribuição a pessoa de hierarquia igual ou inferior, a fim de buscar melhor realização da atividade administrativa, está corretamente esposada apenas em:

- (A) Delegação.
- (B) Determinação.
- (C) Divisão.
- (D) Devocação.
- (E) Derrogação.

Questão 40

Consigna o texto da Carta Magna que compete privativamente ao Presidente da República o corretamente colacionado apenas em:

- (A) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição; Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a sabatina do Congresso Nacional; dentre outros.
- (B) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição; Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei; dentre outros.
- (C) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição; Conferir condecorações e distinções acadêmicas; dentre outros.
- (D) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição; Decretar e executar o estado de defesa e o estado de sítio; dentre outros.
- (E) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição; Nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os magistrados, nos casos previstos na Constituição, e o Advogado-Geral da União; dentre outros.

Questão 41

Regulamentada pela Lei Federal nº 8.397/1992, a medida cautelar fiscal é um procedimento jurídico que visa proteger o resultado do processo de execução fiscal e garantir o crédito tributário, plenamente definida como um recurso que impede o devedor de se desfazer dos seus bens ou diminuir a sua capacidade financeira. Assim, o procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias. Procedimentalmente, a Fazenda Pública pleiteará a medida cautelar fiscal em petição devidamente fundamentada, o que permitirá que o Juiz conceda liminarmente a medida cautelar fiscal, dispensada a Fazenda Pública de justificação prévia e de prestação de caução. Não concordando com a medida, caberá ao administrado recorrer, conforme se apresenta corretamente apenas em:

- (A) do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar caberá recurso especial.
- (B) do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar caberá embargos de declaração.
- (C) do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar caberá recurso extraordinário.
- (D) do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar caberá embargos de divergência.
- (E) do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar caberá agravo de instrumento.

Questão 42

É do Poder Judiciário a palavra final sobre a constitucionalidade de leis no Brasil. O Poder Executivo e o Legislativo detêm controles prévios à vigência da norma, por exemplo, veto jurídico presidencial, comissões temáticas. Uma vez em vigor, cabe aos Tribunais aferir se o ato normativo é ou não compatível com a Constituição Federal. Para o exame, o ordenamento jurídico admite duas vias de controle: difusa e concentrada. Todo órgão judicial exerce, dentro de sua competência, o controle difuso. Nessa via, o juiz deixa de aplicar lei que, no caso concreto, revela conteúdo incompatível com a regra constitucional. Nesse caso, questiona-se a compatibilidade de modo indireto, em face de uma situação particular, por meio de um incidente processual. Já o controle concentrado queda-se reservado apenas ao:

- (A) Presidente do Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Congresso Nacional.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Supremo Tribunal Federal.
- (E) Tribunal Federal da capital da república.

Questão 43

Informa, prescreve e regula a CLT que todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração. Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na proporção corretamente apresentada apenas em:

- (A) 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas; dentre outros.
- (B) 15 (quinze) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 28 (vinte e oito) faltas; dentre outros.
- (C) 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 8 (oito) vezes; dentre outros.
- (D) 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 9 (seis) a 18 (dezoito) faltas; dentre outros.
- (E) 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 26 (vinte e seis) a 32 (trinta e duas) faltas; dentre outros.

Questão 44

A Sucessão Testamentária é um ramo do Direito das Sucessões – conjunto de normas que disciplinam a transferência do patrimônio (ativo e passivo) de alguém, após a sua morte, aos herdeiros em virtude de lei (sucessão legítima) ou de testamento (sucessão testamentária). Posto isso, esta consubstancia como aquela sucessão que deriva de último ato de vontade do *de cujus*, isto é, é a transferência patrimonial regulada por testamento, ou codicilo, revestida de solenidade requerida por lei respeitando o princípio do respeito à vontade do extinto. Outrossim segundo a legislação, se houver testamento, a sucessão testamentária predomina sobre a sucessão legítima, dentro dos limites da lei. Tem como princípios basilares a autonomia da vontade e a supremacia da ordem pública. Assim, tomando por base os ditames do digesto civil pátrio, quanto à figura do **codicilo**, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) é o nome que se dá ao testamento escrito, de punho, pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, e por aquele assinado, sendo válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, observadas as formalidades do Código Civil.
- (B) corresponde ao testamento dos militares e demais pessoas a serviço das Forças Armadas em campanha, dentro do País ou fora dele, assim como em praça sitiada, ou que esteja de comunicações interrompidas, quando poderá fazer-se, não havendo tabelião ou seu substituto legal, ante duas, ou três testemunhas, se o testador não puder, ou não souber assinar, caso em que assinará por ele uma delas.
- (C) toda pessoa capaz de testar poderá, mediante escrito particular seu, datado e assinado, fazer disposições especiais sobre o seu enterro, sobre esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas, ou, indeterminadamente, aos pobres de certo lugar, assim como legar móveis, roupas ou jóias, de pouco valor, de seu uso pessoal.
- (D) ocorre quando o testamentário estiver em viagem, a bordo de navio nacional, de guerra ou mercante, podendo testar perante o comandante, em presença de duas testemunhas, por forma que corresponda ao testamento público ou ao cerrado.
- (E) é o nome atribuído ao ato exclusivo do tabelião lavrar o auto de aprovação imediatamente depois da última palavra do testador, declarando, sob sua fé, que o testador lhe entregou para ser aprovado na presença das testemunhas; passando a cerrar e coser o instrumento aprovado.

Questão 45

A Lei Federal nº 10406/02 (com alterações posteriores) nos apresenta o Código Civil, que em suas lições perfaz a espinha dorsal do ordenamento jurídico privado brasileiro. Entre tantas previsões nele contidas, falamos, também, do instituto da posse e suas classificações e derivações, tais como a **composse**, corretamente esposada apenas em:

- (A) é aquela em que o possuidor tem ciência do impedimento e mesmo assim toma a posse dolosamente, em conjunto com outros supostos possuidores.
- (B) é a modalidade exigida para fins de usucapião. Para isso, o possuidor deve ter a intenção de ser dono e a posse deve ser contínua, inconteste, mansa, pacífica e pública.
- (C) é a modalidade em que cada proprietário é titular de uma fração de tempo do imóvel, podendo usá-lo de forma exclusiva e alternada com os demais proprietários.
- (D) é a modalidade que permite a proteção por meio dos interditos possessórios coletivos.
- (E) é a modalidade em que duas ou mais pessoas possuem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros detentores do mesmo direito sobre a mesma coisa.

Questão 46

Sobre a composição e o funcionamento constitucional da Justiça do Trabalho, temos que o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

- (A) um quinto dentre integrantes da sociedade civil, com reputação ilibada e notório saber jurídico e advogados e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 8 (oito) anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94 da CF/88; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.
- (B) um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94 da CF/88; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.
- (C) um quinto dentre advogados com o mínimo de 6 (seis) anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com com o mínimo de 6 (seis) de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94 da CF/88; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior, sujeitos a aprovação do Presidente da República.
- (D) um quinto dentre advogados com mais de dez anos ininterruptos de inscrição da OAB, com atuação exclusiva em matérias trabalhistas e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94 da CF/88; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.
- (E) um quinto dentre acadêmicos com mais de dez anos de efetiva atividade educacional e membros do Ministério Público Estadual com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94 da CF/88; os demais dentre advogados e juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, indicados pela OAB ou oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

Questão 47

Em matéria de Constituições, o processo informal de alteração constitucional, no qual se muda o sentido da Constituição, sem nenhuma mudança na literalidade de seu texto, sendo resultado de uma evolução dos costumes, dos valores da sociedade, das pressões exercidas pelas novas exigências econômico-sociais, etc., é corretamente chamado apenas de:

- (A) Repristinação.
- (B) Reforma.
- (C) Promulgação.
- (D) Revisão.
- (E) Mutação.

Questão 48



Copyright © 2006 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

A colocação em família substituta é uma medida de proteção que pode ser feita por meio de guarda, tutela ou adoção, de acordo com a situação jurídica da criança ou adolescente, na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pode ser feita quando as possibilidades de manutenção na família natural se esgotam. A guarda é uma das modalidades de colocação em família substituta e pode ser solicitada para proteger uma criança ou adolescente em situação de risco. A guarda pode ser concedida a famílias guardiãs, abrigos ou famílias adotivas em estágio de convivência. Contudo, em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório o corretamente insculpido apenas em:

- (A) tratando-se de maior de 10 (dez) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- (B) a colocação em família substituta estrangeira constitui medida legal, admissível na modalidade de adoção, desde que comprovada a correlação étnica entre adotantes e adotados.
- (C) a colocação em família substituta admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais que atuem junto à etnia dela.
- (D) que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal.
- (E) que a colocação familiar ocorra obrigatoriamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia.

Questão 49

Mês da Mulher: há 12 anos, STF reconheceu uniões estáveis homoafetivas

Segundo o IBGE, na época da decisão, a maioria dos casais de pessoas do mesmo sexo era formada por mulheres.

Atualizado há - 30/03/2023 09h00

Em maio de 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), de forma unânime, equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, reconhecendo, assim, a união homoafetiva como um núcleo familiar. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132.

Maioria de mulheres

Um ano antes, no Censo de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) havia identificado 60 mil casais homoafetivos no país, a maioria formada por mulheres (53%). Em 2018, as Estatísticas de Registro Civil 2018 divulgadas pelo órgão constataram um aumento de 61,7% na procura pela formalização das uniões em relação ao ano anterior - e, novamente, o percentual foi maior entre as mulheres (64,2% do total). Assim, a decisão ajudou a assegurar a elas direitos já garantidos a todas as mulheres heteroafetivas, como participação em plano de saúde, pensão alimentícia, divisão de bens e licença-maternidade em caso de adoção ou reprodução assistida.

União estável

O foco da discussão foi o artigo 1.723 do Código Civil, que define como união estável aquela "entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família". Até então, casais homoafetivos que buscavam a formalização de suas relações podiam obter decisões favoráveis ou desfavoráveis da Justiça. O entendimento do STF, de natureza vinculante, afastou qualquer interpretação do dispositivo do Código Civil que impedisse o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução 175/2013, determinando que os cartórios realizassem casamentos de casais do mesmo sexo.

Desigualação jurídica

O relator das ações, ministro Ayres Britto (aposentado), ressaltou, em seu voto, que a Constituição Federal (artigo 3º, inciso IV) veda qualquer discriminação em razão de sexo, raça, cor e que, nesse sentido, ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua orientação sexual. "O sexo das pessoas, salvo disposição contrária, não se presta para desigualação jurídica", afirmou. O ministro assinalou que o artigo 226 da Constituição garante à família, "base da sociedade", a proteção especial do Estado. A seu ver, trata-se da família "em seu coloquial ou proverbial significado de núcleo doméstico, pouco importando se formal ou informalmente constituída, ou se integrada por casais

heterossexuais ou por pessoas assumidamente homoafetivas".

Projeto de felicidade

Para o ministro Luiz Fux, diversos princípios constitucionais garantem esse direito aos casais do mesmo sexo, como o da igualdade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana. Segundo ele, o conceito de família só tem validade se privilegiar a dignidade das pessoas que a compõem, e somente por força da intolerância e do preconceito se poderia negar esse direito a casais homossexuais. Fux lembrou, ainda, que a união homoafetiva é um fato da vida, uma realidade social. "Daremos a esse segmento mais do que um projeto de vida, um projeto de felicidade", concluiu.

Longa trilha

Em seu voto, a ministra Cármen Lúcia afirmou que o julgamento demonstrava que ainda há uma longa trilha para a conquista de novos direitos. "A violência continua, minorias são violentadas, discriminações persistem", afirmou. "Contra todas as formas de preconceito, contra quem quer que seja, há o direito constitucional. Todas elas merecem repúdio de todas as pessoas que se comprometam com a justiça, com a democracia, mais ainda os juízes do Estado Democrático de Direito".

Patrimônio documental

Em 2018, a decisão do STF recebeu o certificado MoWBrasil, oferecido pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco e foi inscrita como patrimônio documental da humanidade no Registro Nacional do Brasil. O ministro Ayres Britto representou a Corte em cerimônia realizada no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, no Rio de Janeiro (RJ).

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=>

A união homoafetiva é a existente entre pessoas do mesmo sexo, configurando uma relação homossexual. O termo homossexual se deve a junção do prefixo grego *homós*, que quer dizer semelhante, com o sufixo latim *sexus*, que se refere ao sexo, sendo, portanto, a relação existente entre pessoas de mesmo gênero. Historicamente, se analisarmos o *ethos* grego e sua influência na sociedade contemporânea, confirmamos que o tema é recorrente em discussões nas mais variadas camadas sociais, políticas, econômicas, intelectuais e familiares. Juridicamente, contudo, sobre o tema esposado no Código Civil (Lei Federal nº 10406/02 com alterações posteriores), podemos corretamente assinalar o que se afirma em:

- (A) apesar de o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo estar assegurado por decisão do Superior Tribunal Federal (STF) e pela Resolução nº 175/13 do CNJ, o casamento/união homoafetivo ainda não é regulado por uma legislação específica e permanece fora da Constituição Federal e do Código Civil Brasileiro, que prevê apenas a união entre casais heterossexuais.
- (B) o correto é fazer uma interpretação restritiva do casamento civil aos casais hetero-afetivos, na forma da lei, o que não configura espécie de medida discriminatória, pois estaria garantindo mais direitos à esses casais, tendo em vista que somente por meio do casamento civil o Direito das Famílias confere todas as benesses.
- (C) será nulo o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem, do mesmo sexo, casamento civil.
- (D) o matrimônio civil homoafetivo é uma conquista da sociedade, a união entre pessoas do mesmo sexo não é menos digna do que de casais heterossexuais. No casamento, o propósito é o afeto, o amor, o companheirismo, baseado na confiança, na fidelidade, na cumplicidade e nos desejos, de modo que a legislação vigente obriga, inclusive, o reconhecimento da união caso os nubentes optem por cerimônia religiosa.
- (E) a Constituição Federal, no art. 226, § 3º, recomenda que a lei facilite a conversão da união estável de pessoas do mesmo sexo em casamento. A norma constitucional também é invocada para combater o preconceito, visto a ausência da referência de que a união estável é entre um homem e uma mulher, como vemos no Código Civil.

Questão 50

Vivemos no mundo contemporâneo, o universo dos contratos. Celebram-se contratos o tempo todo, para acender a luz da nossa casa, quando se compra um lanche, um carro, um imóvel, e etc. "Se o fenômeno contratual deixasse de existir, também o deixaria nossa sociedade". Destacam-se três funções primordiais dos contratos, mas temos que ressaltar que os contratos são meios de circulação de riquezas, de distribuição de renda, geram empregos, promovem a dignidade humana, ensinam as pessoas a viver em sociedade, dando-lhes noção do ordenamento jurídico em geral, ensinam as pessoas a respeitar os direitos dos outros. Sendo assim, o jargão jurídico universal dos contratos nos apresenta a expressão latina ***pacta sunt servanda*** que corresponde exclusivamente ao princípio contratual esposado apenas em:

- (A) princípio da autonomia da vontade.
- (B) princípio da função social dos contratos.
- (C) princípio da obrigatoriedade contratual.
- (D) princípio da relatividade dos efeitos.
- (E) princípio da função mercadológica dos contratos.

Questão 51

O Poder Constituinte originário insculpiu na CRFB/88 que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Mais tarde, o Poder Constituinte derivado acrescentou que o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas. Neste cenário, destacamos o comando do art. 225, que nos brinda com a afirmação: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Sobre tais lições, está correto apenas o apresentado em:

- (A) desde que haja aprovação do Congresso Nacional, são disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- (B) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas a sanções penais e administrativas, desde que não sejam atribuídas a obrigação de reparar os danos causados.
- (C) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, o Cerrado Goiano e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- (D) não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme art. 215, §1º da Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.
- (E) para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material biológico; dentre outros.

Questão 52

Sabemos que quando o empregador falece, o contrato de trabalho pode continuar ou ser rescindido, dependendo da situação e da concordância do empregado. Em qualquer caso, a empresa deve comunicar o falecimento do empregador à Previdência Social para dar início à rescisão e ao pagamento das verbas. A empresa que não cumprir com essa obrigação pode ser multada. Caso o empregado doméstico continue a trabalhar na residência ou em outra casa da família do empregador falecido, configura-se:

- (A) Compensação trabalhista.
- (B) Rescisão parcial.
- (C) Herança trabalhista.
- (D) Rescisão indireta.
- (E) Sucessão trabalhista.

Questão 53

Considerando que a Lei Complementar Nº 101, de 4 de Maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição, temos nela inculcada que a lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no art. 165, §2º da Constituição e disporá também sobre:

- (A) equilíbrio entre receitas e despesas; demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional; dentre outros.
- (B) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas; quadro demonstrativo do cálculo da meta do resultado primário de que trata a lei, que evidencie os principais agregados de receitas e despesas, os resultados, comparando-os com os valores programados para o exercício em curso e os realizados nos 2 (dois) exercícios anteriores, e as estimativas para o exercício a que se refere a lei de diretrizes orçamentárias e para os subsequentes; dentre outros.
- (C) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas; dentre outros.
- (D) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas; evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos; dentre outros.
- (E) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; dentre outros.

Questão 54

Sob a batuta do digesto processual civil que vigora no Brasil desde 2015, temos um instituto calcado na economia processual, ligado ao princípio dispositivo, e em que se impõe como limite cronológico ao mesmo o instante da propositura da ação, resultando na união de várias ações propostas por um autor contra o mesmo réu num mesmo processo. A isso, chamamos corretamente, de:

- (A) Conexão da ação.
- (B) Condição da ação.
- (C) Cumulação da ação.
- (D) Continência da ação.
- (E) Contingência da ação.

Questão 55

O inatacável CPC, vigente na forma da Lei Federal nº 13.105/15, nos apresenta que as tutelas provisórias são decisões proferidas antes da sentença. São chamadas de provisórias porque concedidas no curso do processo e podem ser revogadas ou modificadas a qualquer tempo. A decisão somente se tornará definitiva na sentença, decisão que põe fim ao processo. Assim, quanto às características marcantes e positivadas da tutela de urgência, podemos assinalar como correto apenas o que se diz em:

- (A) a probabilidade do direito *fumus boni iuris* e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo *periculum in mora*.
- (B) manifesto propósito protelatório (ato fora do processo).
- (C) demonstração do abuso do direito de defesa (ato dentro do processo).
- (D) contrato de depósito com prova escrita da existência do contrato, não necessariamente o contrato precisa ser escrito.
- (E) petição inicial instruída com prova documental suficiente dos fatos alegados pelo autor e o réu não foi capaz de gerar dúvida razoável, também caberá a tutela de evidência.

Questão 56

Nos apresenta a Constituição da República Federativa do Brasil que os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição. Sob a égide deste comando, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.
- (B) para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de câmaras temáticas, com competência exclusiva para questões agrárias.
- (C) o Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, inclusive, servindo-se de equipamentos privados.
- (D) a lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.
- (E) o Tribunal de Justiça deverá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Questão 57

Conforme aduz a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 (dispõe sobre licitações e contratos administrativos), na seção conceitual, aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, serão assim chamados apenas de:

- (A) serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- (B) serviço de engenharia.
- (C) serviços não contínuos ou contratados por escopo.
- (D) serviços e fornecimentos contínuos.
- (E) serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Questão 58

As limitações constitucionais ao poder de tributar visam proteger os valores fundamentais do contribuinte, como a segurança, a justiça, a liberdade e a forma federativa de Estado. Assim, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, cobrar tributos:

- (A) em cima do patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; dentre outros.
- (B) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; dentre outros.
- (C) antes de decorridos setenta dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; dentre outros.
- (D) nos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão; dentre outros.
- (E) sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes; dentre outros.

Questão 59

Aportando a definição de Celso Antônio Bandeira de Mello, agentes públicos têm designação amplíssima, eis que envolve todos os sujeitos que genérica e indistintamente servem ao poder público, "como instrumentos expressivos de sua vontade ou ação, ainda quando o façam apenas ocasional ou episodicamente". Quem quer que exerça função estatal, ao longo do exercício, é agente público. Em verdade, a função pública pode ser transitória, esporádica, eventual ou, como é esperado, perene e profissional. O que importa é quem exerce função pública, no decorrer da função, é agente público, com as responsabilidades que deste fato decorrem. Ainda, sabemos que o exercício, mesmo que ocasional, de função pública deve se dar com o mínimo de planejamento e controle. Afinal, função pública, por sua natureza de dever jurídico de realizar determinado interesse público, enseja responsabilidade em caso de dano ao particular. E tal categoria profissional, dada a sua diversidade, é composta por inúmeras espécies, pelo que destacamos, inclusive, os agentes honoríficos, corretamente conceituados apenas em:

- (A) os agentes honoríficos, nas palavras de Hely Lopes Meirelles, são os agentes administrativos, por se vincularem ao Estado, autarquias e fundações de direito público, mediante relação profissional, sujeitando-se à hierarquia funcional e ao regime jurídico de determinado ente estatal.
- (B) os agentes honoríficos são os componentes de primeiro escalão do Governo, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais.
- (C) os agentes honoríficos não se ligam ao Estado por vínculo profissional, mas pela qualidade de cidadãos, embora não ocupem cargos políticos. São livremente designados para compor comissões em razão de elevada reputação e conhecimentos técnicos em certas matérias.
- (D) os agentes honoríficos, nos termos dos arts. 42 e 142 da Constituição da República de 1988, são os membros das Forças Armadas, incluindo Exército, Marinha e Aeronáutica; polícias militares dos Estados; e corpos de bombeiros.
- (E) os agentes honoríficos são os sujeitos que sem perderem a qualidade de particulares, de pessoas alheias ao aparelho estatal, exercem função pública, ainda que às vezes em caráter episódico.

Questão 60

Na forma da lei, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de

- (A) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento; dentre outros.
- (B) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento; dentre outros.
- (C) para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; dentre outros.
- (D) para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos; dentre outros.
- (E) para transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por agência de fomento, desde que demonstrada vantagem para a Administração; dentre outros.

Questão 61

O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático está colacionado na CRFB de 88 como integrante do Poder Executivo. Dito isso, compete ao Conselho de Defesa Nacional o corretamente trazido apenas em:

- (A) Opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos da Constituição; Pronunciar-se sobre intervenção federal; dentre outros.
- (B) Opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal; Opinar sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas; dentre outros.
- (C) Propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; Estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático; dentre outros.
- (D) Estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático; Pronunciar-se sobre, estado de defesa e estado de sítio; dentre outros.
- (E) Propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; Recomendar, ou não, as operações de garantia da lei e da ordem; dentre outros.

Questão 62

A Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) trata da responsabilidade subsidiária do tomador de serviços em relação a obrigações trabalhistas, consignando que a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, exceto no caso de trabalho temporário, dentre outros comandos. Dito isso, podemos assinalar como único exemplo correto da aplicação da citada Súmula o citado em:

- (A) o tomador de serviços é responsável subsidiário se a prestadora de serviços não pagar os créditos salariais devidos ao trabalhador.
- (B) torna legal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, ainda que seja trabalho temporário.
- (C) quando houver a contratação de serviços de vigilância.
- (D) nas hipóteses de contratação de serviços de conservação e limpeza.
- (E) nos casos de contratação de serviços especializados ligados à atividade meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

Questão 63

Conforme dispõe o art. 19 da Lei Federal nº 8.213/91, "acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho". Sob o condão do conceito retromencionado, de acidente de trabalho típico, por expressa determinação legal, as doenças profissionais e/ou ocupacionais equiparam-se a acidentes de trabalho. Os incisos do art. 20 da Lei nº 8.213/91 as classifica em doença profissional e doença do trabalho. Ainda, o art. 21 da mesma equipara a acidente de trabalho uma série de eventos, dentre os quais destacamos aquele que pode ocorrer no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado, corretamente definido como:

- (A) acidente excepcional.
- (B) acidente ultrativo.
- (C) acidente de jornada.
- (D) acidente *in itinere*.
- (E) acidente de trajeto.

Questão 64

A Teoria Geral dos Recursos no processo civil brasileiro tem por função liquidar possíveis erros em decisões judiciais, sendo que os recursos não criam uma nova relação processual, mas se inserem no mesmo processo em que foi prolatada a decisão recorrida, ou seja, se torna o "remédio voluntário apto a provocar, dentro da mesma relação jurídica processual, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de uma decisão judicial" (JORGE, 2015, p. 2216). Assim, podemos afirmar que a base principiológica dos recursos nos ensina que todo recurso somente é processado com a oitiva da parte contrária. Tal necessidade se ampara em duas motivações: permitir ao recorrido a elaboração das contrarrazões e fixar os limites de atuação do Tribunal no julgamento do recurso. Isso traduz-se corretamente como:

- (A) Princípio da dialeticidade.
- (B) Princípio da complementariedade.
- (C) Princípio da fungibilidade.
- (D) Princípio do duplo grau de jurisdição.
- (E) Princípio da proibição de reforma *in pejus*.

Questão 65

Vaticina o art. 344 do Código de Processo Civil que, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, descrevendo a revelia como o ato de o réu deixar de se defender, mesmo tendo sido citado, ou oficialmente informado, por ato da justiça, da existência de um processo judicial contra ele. Caso seja decretada a revelia, o réu ainda pode intervir no processo, do ponto em se encontre, mas não será mais comunicado dos prazos do processo, conforme prevê o artigo 346 do mesmo Código. Assim, podemos afirmar corretamente que revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 nos casos em que:

- (A) a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato; dentre outros.
- (B) quando o litígio versar sobre direitos reais; dentre outros.
- (C) as alegações de fato formuladas pelo autor forem verossímeis, mas estiverem sem arcabouço probatório constante dos autos; dentre outros.
- (D) se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor; dentre outros.
- (E) havendo pluralidade de réus, todos eles contestarem a ação; dentre outros.

